

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.963 - SP (2018/0309856-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : ALEXANDRE GHAZI E OUTRO(S) - SP299124
FILIPE MANETTA MARQUEZIN - SP306016
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : NELSON SEIJI MATSUZAWA E OUTRO(S) - SP209809

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 159):

TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO DE 2002. Sentença que julgou improcedentes os embargos. Recurso da embargante.

PROGRESSIVIDADE - Lei Municipal no 13.250/2001 que prevê alíquotas progressivas de IPTU - Possibilidade - Nos termos da Súmula 688 do Supremo Tribunal Federal, a progressividade é admissível se a lei municipal que a instituiu for posterior à Emenda Constitucional no 29/2000 ou se estiver destinada ao cumprimento da função social da propriedade urbana - No caso, a progressividade foi instituída por lei posterior à emenda constitucional - Ausência de vício - Precedentes do C. Órgão Especial deste E. Tribunal e desta C. Câmara - Sentença mantida - Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação a "*texto da lei federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, uma vez que a pretensão autoral fere a legislação tributária*" (fl.168), aos arts. 5º, LIV, e 150, II, da CF, e aos princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva. Sustenta, em síntese, que "*A competência tributária outorgada aos entes federais, no caso aos municípios não é absoluta. Nesse sentido, o legislador municipal não poderá utilizar critérios para a criação do imposto em - desconformidade com os princípios Constitucionais como a*

isonomia e capacidade contributiva. Consequentemente a capacidade contributiva é ofendida quando da aplicação de alíquotas progressivas para uns e não aplicação para outros - contribuintes que se encontram na mesma situação patrimonial, ou seja, titulares de patrimônios que representem o mesmo valor venal em seu montante. Além disso, por ser o IPTU imposto que recai sobre o imóvel, sua base de cálculo (valor venal do imóvel)", não tem qualquer relação com a destinação que lhe seja dada, não podendo assim ser quantificado com base na sua utilização. Tal utilização torna a regra matriz de incidência inconstitucional devido à falta de correlação lógica existente entre a hipótese de incidência "ser proprietário de imóvel predial urbano" e a base de cálculo do tributo "utilização de imóvel". Tornando assim a lei inconstitucional. Somado a isso, contraria o interesse social agravar o valor do imposto quando o imóvel tenha utilização industrial, comercial ou de serviços, como se estas atividade econômicas não fossem dignas de estímulo. Motivo pelo qual a referida Lei Municipal deverá ser considerada inconstitucional com a consequente reforma da r. sentença" (fls. 171/172).

É O BREVE RELATÓRIO.

A presente irresignação não prospera.

Inicialmente, impende ressaltar que, embora a parte recorrente tenha indicado violação à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica à lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"). Acerca do tema, os seguintes julgados ganham relevo: **AgRg no Ag 1.325.843/PR**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 21/11/2011; **REsp 865.843/RS**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 7/11/2006.

Esclareça-se, ademais, ser inviável a análise, em recurso especial, da irresignação fundada na violação a princípios constitucionais. A uma, por se tratar de matéria reservada à apreciação do Supremo Tribunal Federal e, a duas, por não se

inserirem no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal. Assim, é inviável o conhecimento do recurso quanto à violação aos arts. 5º, LIV, e 150, II, da Constituição Federal, visto que em recurso especial não cabe invocar violação à norma constitucional.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator

